

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 13 DE SETEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.781

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Darci de Matos
Cesar Souza Júnior.
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
José Natal Pereira - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1797
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 071ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 12/09/2007.....2
Ata da 027ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 12/09/200713

Publicações Diversas

Portarias13
Projetos de Lei.....15
Redações Finais.....15

PLENÁRIO

ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Parabeniza o município de Canoinhas pelos 96 anos de emancipação política.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Agradece o convite para participar de evento na cidade de Canoinhas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra a presença dos vereadores-mirins de Presidente Getúlio; destaca obras no governo Lula.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Fala da importância do projeto de inclusão social no problema do jovem em conseguir o primeiro emprego.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra a presença do prefeito municipal de Nova Erechim, do vereador Vilson Warmling e do vereador Jones Luiz Tomazi; condena aquisição da Agroeste pela Monsanto.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Pede maior incentivo e investimentos na Embrapa e Epagri, para que possam ajudar nossos produtores e agricultores.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Parabeniza deputado Moacir Sopelsa pelo tema.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Mostra preocupação com o setor energético no estado; afirma a necessidade de criar novas PCHs.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Fala do déficit no setor energético, apresenta dados para o desenvolvimento de nosso estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Diz que espera resultados do plebiscito da Vale do Rio Doce.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Comunica a ausência do Deputado Onofre Santo Agostini, em virtude do falecimento do seu irmão.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Anuncia a presença da vereadora Adeliã Dal Pont, do PPS, de São José.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Comenta realização do Fórum Brasileiro de Direito Eleitoral.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Solicita a implantação da Frencoop em Santa Catarina.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Cumprimenta o deputado Moacir Sopelsa pelo tema proposto.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Externa decepção com a política nacional.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Elogia o pronunciamento do deputado Elizeu Mattos e afirma a necessidade de medidas para a implantação do ICMS ecológico.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Solicita moção para que os produtores rurais, os pequenos agricultores, não sejam prejudicados em suas áreas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Comunica sua participação na Conferência Estadual do Meio Ambiente em Chapecó e Lages.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Registra a vista de Geraldo Alckmin e de Marisa Serrano a SC; fala na reunião da comissão da Constituição e Justiça.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Registra atendimento do art. 170.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Enaltece ação do governo do estado com relação ao art. 171; reporta-se ao Super Simples e à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Reporta-se à polêmica instalada em SC na questão dos créditos e ICMS.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Fala sobre a vinda a esta Casa dos secretários de estado Paulo Bauer e Sérgio Alves.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Esclarece fala do deputado Serafim Venzon sobre alunos da UFSC.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Faz considerações a respeito do art. 170; reporta-se à sessão secreta no Senado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Reporta-se ao pagamento do art. 170 pelo governo estadual.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença na Casa do professor Luiz Dalla Valentina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra presença na Casa do prefeito de Praia Grande e lideranças do município.

Ordem do Dia

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra presença na Casa do vereador Álvaro Medeiros Júnior, de Gravatal.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0566/2007, de sua autoria.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0569/2007, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência saúda com satisfação a visita do grupo de vereadores-mirins do município de Presidente Getúlio, que nos honra com sua visita.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, sra. deputada Ana Paula Lima, demais deputados presentes e povo catarinense, quero me reportar, hoje, ao planalto norte.

Nós, que representamos o planalto norte, queremos saudar, especificamente, o município de Canoinhas, eis que hoje completam 96 anos de sua emancipação política. É com satisfação que parabenizamos a terra onde nascemos, Canoinhas, que diz em seu hino que é a princesa do planalto.

O dia 12 de setembro de 1911 foi o início da vida de Canoinhas, um município que fez parte da Guerra do Contestado ocorrida de 1912 a 1914. Na época, houve uma disputa sangrenta que só não foi maior que a Guerra dos Canudos porque nós não tínhamos, na época, um Euclides da Cunha - ele soube, sem dúvida nenhuma, em seu livro *Os Serões*, contar como ninguém a Guerra dos Canudos. Mas em termos de guerra, em termos de reivindicação e em termos de protestos a Guerra do Contestado foi, certamente, a maior guerra que aconteceu em solo brasileiro.

É importante dizer que Canoinhas tem escrito na sua bandeira "Catharinensis Semper". Por quê? Porque Canoinhas teve sempre, conforme a sua história - na guerra, na disputa com o Paraná -, a oportunidade de dizer se queria ser do Paraná ou de Santa Catarina. Canoinhas escolheu, por decisão própria, pertencer a Santa Catarina. Nenhum

outro município teve essa autonomia de poder escolher o estado ao qual iria pertencer. Nós, por decisão dos municípios, escolhemos Santa Catarina.

Canoinhas iniciou a sua riqueza por ser um dos maiores municípios do estado de Santa Catarina no desenvolvimento da madeira e da erva-mate. A erva-mate é chamada de ouro verde, e esse nome também foi dado ao município de Canoinhas, no estado de Santa Catarina. Ouro Verde significa para nós a erva-mate, que é, sem dúvida, ainda a grande riqueza do planalto norte.

E temos, hoje, a grata satisfação de ter no planalto norte, no município de Canoinhas, uma das maiores reservas ambientais, fruto, sim, da preservação, pelo nosso agricultor, pelo nosso colono, da erva-mate, imbuia e pinheiro. Essa preservação ocorre, hoje, em área ambiental, e ainda há, sim, reservas técnicas para expandir. Isso significa que temos reservas para destacar, para criar áreas produtivas de alimentos como o milho, a soja e o feijão.

Na verdade, ainda temos em Canoinhas uma grande reserva ambiental, fruto, sim, dos nossos antepassados. Canoinhas é uma terra que tem passado e futuro. E o futuro de Canoinhas é, sem dúvida nenhuma, o desenvolvimento da agroindústria.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e também a cidade de Canoinhas pelo aniversário, além de agradecer o convite que v.exa. fez para que eu participasse do evento comemorativo.

Gostaríamos de dizer que nos sentimos fazendo parte daquela cidade porque temos grandes amigos lá. Pelo seu discurso e pelo que conhecemos, a vegetação da região de Canoinhas coincide bastante com a da região de Imbuia, minha terra natal - e imbuia é a árvore símbolo do estado de Santa Catarina. Temos também a ervateira na cidade de Imbuia, assim como o pinheiro e a araucária. Portanto, as duas cidades têm uma vegetação e uma cultura muito próximas.

Quero parabenizar v.exa. e todos os cidadãos de Canoinhas pelo trabalho em prol do desenvolvimento daquela região.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Nós acreditamos que Canoinhas está em pleno desenvolvimento.

Queremos fazer um importante pedido ao Grupo Aurora: que se instale no município de Canoinhas. Lá é um lugar propício para uma agroindústria de aves, e temos certeza de que será um grande presente à comunidade de Canoinhas, no dia da sua emancipação política.

Mas, reportando-me ao governo do estado, gostaria de dizer que hoje, na parte da manhã, tive a grande satisfação de ver o nosso governador falar com estado de Santa Catarina através de uma Web Conferência. O governador está cumprindo, sim, na íntegra, o seu programa de descentralização.

Quero parabenizá-lo efusivamente pelo seu pronunciamento proferido hoje de manhã para toda Santa Catarina, falando diretamente com Itajaí, Brusque, Porto União e outros municípios. Isso significa uma integração conquistada pelo nosso governador, através do seu esforço para ver o povo de Santa Catarina integrado, sim, em nível de governo. É gratificante ver pessoalmente a sua atuação. Parabéns, governador Luiz Henrique da Silveira!

Aproveito também a oportunidade para falar do PMDB. O dia 15, por determinação do presidente Eduardo Pinho Moreira e sua equipe, será o dia das filiações do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Temos, sim, que anunciar novamente, principalmente à cidade de Joinville, que Mauro Mariani vem aí. No dia 15 s.exa. filiara o seu domicílio eleitoral em Joinville, fazendo com que o PMDB daquela cidade receba-o de braços abertos para uma grande empreitada.

Conhecemos o valoroso Mauro Mariani. Ele já foi prefeito de Rio Negrinho por duas vezes, deputado estadual e deputado federal mais votado da história do PMDB. Atualmente é secretário da Infra-Estrutura. Portanto, temos certeza de que dará uma grande contribuição ao povo joinvilense.

Gostaríamos de parabenizá-lo e dar as boas-vindas, pois temos certeza de que fará um grande trabalho em Joinville.

Um grande abraço a todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar os vereadores-mirins de Presidente Getúlio e também o vereador que se encontra aqui.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

Desejo dizer aos vereadores-mirins e às vereadoras-mirins que nesta Casa existe o Parlamento Jovem e que é importante também a participação dos adolescentes da cidade de Presidente Getúlio neste programa, pois futuramente serão os novos representantes que farão as leis para o estado de Santa Catarina.

Queremos cumprimentar os visitantes e catarinenses que nos assistem pela TVAL, os ouvintes da Rádio AleSC Digital e destacar que nesses últimos dias participamos de vários eventos: da Conferência Nacional das Mulheres em Brasília, onde estivemos representando esta Casa, juntamente com a deputada Ada De Luca e 79 delegados e delegadas de Santa Catarina, como também do fórum em prol da regularização da Lei Maria da Penha, uma conquista das mulheres e graças também à coragem do presidente Lula, que sancionou essa lei que completa um ano.

Srs. deputados, infelizmente ainda não temos um trabalho de rede, delegacias especializadas e casas abrigos para mulheres vítimas de violência. Mas temos certeza de que nós, parlamentares, unidos, poderemos fazer essa rede de proteção - e isso será tema dos nossos discursos nas próximas sessões.

(Passa a ler.)

"Quero destacar desta tribuna as boas novas do governo do presidente Lula. Começo pelo lançamento, que aconteceu no dia 5 de setembro, do PAC da Juventude, do ProJovem, como está sendo chamado o programa que prevê R\$ 5,4 bilhões, até o final de 2010, para atender os excluídos na faixa etária de 15 a 29 anos de idade.

Esse, sim, é um investimento na nossa juventude há tanto tempo esquecida; esse, sim, é um investimento no futuro; isso, sim, é acreditar no jovem, na criança e no adolescente. A meta do governo é atender a um total de 4,2 milhões de jovens excluídos em mais de quatro mil cidades nos próximos três anos. Só em 2008, o ProJovem deve abrir 1.100 vagas.

O programa tem quatro subdivisões: ProJovem Urbano, Campo, Trabalhador e Adolescente. Os recursos virão do Orçamento Geral da União. O PAC da Juventude, como é chamado também, inclui os limites de idade para a concessão do Bolsa Família, que passa a incluir também jovens de 16 a 17 anos de idade. Para cada jovem, a família receberá R\$ 30,00 com o limite de duas bolsas.

O ProJovem Urbano, por exemplo, destinado a pessoas de 18 a 29 anos, tem como objetivo incentivar a conclusão do ensino fundamental e possibilitar cursos nas mais diferentes áreas do mercado de trabalho. Uma das metas do governo é usar a estrutura da rede pública de ensino no atendimento a jovens de áreas de risco das grandes cidades.

Dos 50,5 milhões de brasileiros na faixa etária de 15 a 29 anos, 4,5 milhões vivem em situação de miséria, segundo dados do IBGE. Atualmente, os programas da Secretaria Nacional da Juventude atendem a 496 mil jovens. O número oficial de analfabetos nessa faixa é de 1,8 milhão. "Esse é um número muito grande de jovens que não tiveram ainda a oportunidade de se alfabetizar.

"Sem dúvida, apesar dos questionamentos dos pessimistas de plantão, o governo do nosso presidente Lula tem investido pesado na área social. O que não deixa de ser investimento na área econômica, política e administrativa.

Os reflexos dos investimentos no social já são sentidos em todos os estados do Brasil. A economia está aquecida, o índice de desemprego caiu e a produção industrial aumentou em todos os setores."

Srs. deputados e sras. deputadas, quero fazer um convite a v.exas., como também a toda população catarinense, pois hoje, na reunião da Mesa Diretora desta Casa, a prefeitura municipal da cidade de Florianópolis reservou um espaço na Assembléia Legislativa para que houvesse a aula inaugural do programa do governo federal em parceria com os municípios, o ProJovem, que será no dia 25 de setembro.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Parabéns pelo seu pronunciamento, nobre deputada.

Como v.exa e o seu partido estão mais próximos do presidente Lula, gostaria que nesse projeto de não exclusão social não esquecessem do problema de Santa Catarina, ou do sul do país: do Primeiro Emprego, que eu já coloquei aqui, no qual a renda da família não pode ultrapassar a R\$ 200,00 por pessoa. Numa situação em que o pai recebe um salário mínimo e a mãe mais um, o sul do país não consegue colocar o seu filho no programa Primeiro Emprego do governo federal.

Então, gostaria que os deputados desta Casa, juntamente com v.exa., pudessem fazer uma moção no sentido de revisar essa questão do sul do país, porque eu sei que no norte e nordeste quem ganha R\$ 200,00 é herói, mas aqui no sul a realidade é bem diferente! A juventude sempre nos procura na tentativa de conseguir um emprego, e o pior é que existem empregos, mas as rendas das famílias não deixam que tenham acesso.

Muito obrigado e conto com a sua ajuda!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Com certeza, deputado José Natal, a nossa intenção é aprimorar cada vez mais os projetos do governo do presidente Lula, que foi inovador na área da saúde, da educação, enfim, em todas as áreas, mas principalmente na da educação. E posso falar aqui sobre as universidades federais, pois serão abertos dois novos campi e nove pólos em Santa Catarina. Falo também sobre o Cefets, que estão abrindo nove pólos no estado de Santa Catarina. Na área do Primeiro Emprego, deputado José Natal, nós podemos destacar que o ProJovem beneficiará muitos adolescentes do nosso estado.

Mas quero fazer também parceria com o governo do estado. Isso não é uma preocupação só do governo federal, mas também do governo de Santa Catarina e de todos os municípios. Eu acho que, com um trabalho em parceria, nós poderemos solucionar o problema que vem sendo agravado não só aqui, mas em todas as cidades do Brasil. É um começo, e todo começo precisa de parcerias. Acho que o governo poderia ser parceiro também e conto com a sua colaboração nesse assunto.

Sra. deputada e srs. deputados aqui presentes, também quero falar sobre o que o PAC está investido na área de saneamento aqui em Santa Catarina. O PAC - Plano de Aceleração e Crescimento - está dedicando primeiramente às obras de saneamento e de habitação, na ordem de R\$ 533 milhões. Os municípios beneficiados no estado de Santa Catarina foram: Blumenau, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, São Joaquim, São José e Tijucas.

Vale aqui salientar, srs. deputados, que esses municípios foram beneficiados pelo PAC dependendo do montante de projetos de cada um. Por exemplo, o município de Itajaí recebeu R\$ 169 milhões porque realizou muitos projetos nessa área; Blumenau estará assinando convênio na próxima semana, na ordem de R\$ 40 milhões, e Tijucas terá um valor de R\$ 13 milhões.

Então, é importante também salientar que o governo do presidente Lula está investindo em saneamento e habitação no estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores presentes!

Quero destacar a presença das nossas vereadoras e dos nossos vereadores de Presidente Getúlio e da Fabiana, presidente da Câmara de Vereadores-Mirins e veio acompanhada pelo seu pai, Ricardo, e também pelos seus professores.

Parabéns pela iniciativa de criar a Câmara-Mirim, porque desde jovens já podem discutir e participar da política, o que é um exercício da cidadania!

Gostaria de registrar também a presença do prefeito municipal da minha cidade, sr. Wilson Warmling; do vereador de Nova Erechim, sr. James Luis Tomazi; assim como de várias lideranças que estão nos acompanhando aqui hoje.

Srs. deputados, ocupo esta tribuna para falar sobre um assunto que diz respeito à agricultura, mas, principalmente, sobre uma política que me preocupa cada dia mais: o domínio ou o controle sobre as nossas sementes.

O jornal *A Notícia* de hoje traz uma matéria sobre a venda de uma empresa de destaque aqui em Santa Catarina, a Agroeste, que participa com 10% do mercado nacional de sementes, inclusive com uma boa participação na exportação de sementes em nosso país. E ontem apresentei nesta Casa um requerimento contra essa mesma empresa, deputado Moacir Sopelsa, que tem a tecnologia transgênica desenvolvida por uma empresa dos Estados Unidos, a Monsanto, só que essa mesma empresa comprou a nossa empresa Agroeste.

Por isso não posso deixar de trazer este assunto para a tribuna. Estou encaminhando um documento para os deputados federais de Santa Catarina porque, pelo que me consta - e não posso afirmar porque não tenho a documentação em mãos, mas eu quero que o Cade se pronuncie -, a Monsanto já domina mais de 83% da produção de sementes do nosso país. Incluindo agora a Agroeste, que participava com mais de 10%, nós teríamos, hoje, uma empresa dos Estados Unidos dominando a grande maioria das sementes produzidas no nosso país.

Srs. deputados, acho que o nosso país, e agora conseqüentemente o nosso estado, não pode ficar dependente de uma empresa multinacional. E o meu requerimento, ontem, foi no sentido de não aprovar o projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional, de autoria do deputado Eduardo Sciarra, do DEM do Paraná, que quer introduzir a transgenia no Brasil. O projeto, na nossa avaliação, traz muitos prejuízos aos agricultores, à economia nacional e, principalmente, à saúde do povo do nosso país. Hoje existem muitos dados que dão conta de que a transgenia faz mais mal do que bem aos seres humanos; poucas pesquisas conseguiram chegar até o fim porque a pressão, o lobby dessas empresas é muito grande em cima dos cientistas.

No Congresso Nacional, como é o caso aqui do Brasil - e eu acompanhei toda votação da liberação da lei de biossegurança -, senti o que é o lobby das grandes multinacionais e da Monsanto em cima dos deputados federais no nosso país. E temos mais um caso aqui, deputado Sargento Amauri Soares, pois agora querem acabar com o direito da sociedade, do mundo e das pessoas terem o domínio sobre as suas sementes. Isso para mim é o caos porque o agricultor não poderá mais reproduzir as suas sementes. E isso é lamentável porque se eu for plantar uma semente com essa tecnologia de terminação que esse deputado quer liberar agora no Brasil, no ano que vem não posso mais usar essa mesma semente para plantar porque ela não vai mais germinar, a não ser que eu compre um produto dessa mesma empresa que domina essa tecnologia e coloque-o na semente para que ela possa, então, germinar.

Então, essa empresa que hoje anuncia a compra de mais uma empresa de Santa Catarina, deputado Gelson Merísio, nosso companheiro líder do Democratas, é de Xanxerê e destaque em Santa Catarina. Mas, infelizmente, hoje a imprensa noticia a venda dessa empresa já para o ano que vem, deputado Moacir Sopelsa, com a produção de milho transgênico, se conseguirem liberar esse produto aqui no Brasil.

Srs. deputados, sei que muitos aqui conhecem a agricultura familiar de Santa Catarina e sabem que as propriedades são ligadas umas as outras; e v.exas. também sabem a confusão que essas empresas geraram nos Estados Unidos, onde os agricultores são processados por produzir transgênicos que, na verdade, não plantaram - o pólen da soja ou do milho pode contaminar até mil metros de distância pela polinização. Com isso, o agricultor terá transgênico na sua propriedade sem ter plantado, e a empresa vai lá cobrar o direito do patenteamento da semente. Então, com isso vamos ter processos e mais processos contra os agricultores familiares do nosso estado, com a liberação de milho transgênico, pois agricultores que não plantaram o produto terão a sua plantação contaminada. E no momento da comercialização aparecerá que o agricultor plantou milho transgênico e não comprou o direito da empresa de plantar esse milho.

Srs. deputados, o pior é que Santa Catarina vem-se destacando na produção de carne e há países que já fecharam o mercado para produtos transgênicos. Então, se o suíno for produzido, deputada Odete de Jesus, com milho transgênico, será fechado o mercado lá fora. E quem vai pagar essa conta depois, por essa ganância dessas multinacionais que querem dominar o nosso agricultor e o nosso mercado? E repito novamente que não está comprovado que o produto transgênico não faça mal ao ser humano.

Então, v.exa. tem toda razão quando falou desta tribuna várias vezes que os consumidores catarinenses e brasileiros têm direito de saber o que estão consumindo; se estão consumindo ou não produto transgênico! Por isso temos que brigar e garantir à população catarinense a qualidade do produto que ela está comendo. E quero chamar a atenção das donas-de-casa que vão ao supermercado comprar seus produtos, que elas têm o direito de saber se ele é transgênico, porque a mãe ou o pai tem o direito de decidir o que o filho ou a filha de um ano e três meses comerá, se será produto transgênico ou não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Dirceu Dresch, v.exa. traz à tribuna desta Casa, sem dúvida nenhuma, um assunto importantíssimo e muito delicado, uma vez que uma das empresas que eram orgulho nosso, que dominava 10% da produção de sementes dentro do país, acaba de ser adquirida pela multinacional Monsanto.

Veja a nossa responsabilidade, deputada Odete de Jesus, sem falar na questão dos transgênicos, dos alimentos dos países que não adquirem produtos produzidos com cereais geneticamente modificados, de incentivarmos e colocarmos investimentos, deputado Dirceu Dresch, na Embrapa, na Epagri, para que essas empresas públicas possam salvar o nosso produtor de ficar nas mãos apenas de uma empresa para comercializar os cereais, as sementes, principalmente de milho e de soja.

Precisamos unir para buscar a defesa do nosso produtor, sob pena de, amanhã ou depois, estarmos dependentes apenas de uma empresa.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço, deputado Moacir Sopelsa.

Só quero chamar a atenção principalmente dos deputados, dos governos, das lideranças e das organizações para não se tornarem reféns dessas multinacionais que fazem o que querem.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não, deputada!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputado, v.exa. traz um tema que se refere à saúde da população. Parabéns por esse tema. (Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje pela manhã estive na reunião conjunta das comissões de Educação e de Finanças e Tributação e confesso que fiquei surpreso não pela manifestação dos secretários Sérgio Rodrigues Alves e Paulo Bauer, mas com alguns parlamentares, que se manifestaram no sentido de que a situação financeira do estado está controlada, está equilibrada, que está tudo bem.

O deputado Manoel Mota foi contra a vinda dos secretários da Fazenda e da Educação, Paulo Bauer, porque entendia que não havia necessidade, pois está tudo pago e o acordo está sendo honrado. Um acordo que não conhecemos e que prevê um repasse mês a mês das parcelas para as universidades fazerem frente às bolsas de estudo aos nossos acadêmicos. E sabemos que apenas duas parcelas foram pagas. Quer dizer, se forem pagas as demais, lá vão para o ano de 2008, novamente, duas parcelas.

Eu não acreditava na idolatria, deputado Décio Góes, pelo governador. Com todo o respeito, mas a manifestação do secretário Sérgio Alves foi muito clara. Ele disse que o governador está fazendo um esforço, um empenho, para pagar. Mas a dificuldade também foi demonstrada. E ao mesmo tempo o deputado Manoel Mota diz que não tem conhecimento do débito que o governo tem com as empresas exportadoras, que na minha região são mais de R\$ 33 milhões só aos moveleiros.

Então, parece-me que s.exa. tem que sair um pouco dessa irrealidade e buscar o campo da razão, buscar informações para que numa próxima reunião, deputado Décio Góes, o seu requerimento para a participação das pessoas, das entidades envolvidas com o fundo que se pretende criar, possa permitir às pessoas aqui se manifestarem.

Quanto ao Fundo de Assistência Judiciária, por que não fazem um decreto e resolvem o problema? Não há necessidade de fazer um projeto de lei e não debater, já que o nosso objetivo no Parlamento é o debate!

Mas quero falar de um outro assunto que é muito mais relevante ou tanto quanto, que diz respeito à energia no estado de Santa Catarina. Estou de posse de um editorial do jornal *A Notícia*, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

"Reportagem na edição de domingo de *A Notícia* mostrou a preocupação dos empresários, que, ontem, debateram a questão na tradicional reunião das segundas-feiras da Associação Empresarial de Joinville (Acij). A entidade criou dois grupos de trabalho para acelerar entendimentos com as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc).

O crescimento da economia mostra que o planejamento do setor é vulnerável. A projeção da Celesc de demanda de energia para o norte de Santa Catarina neste ano foi de apenas 5%, enquanto o consumo real ultrapassou 14%. O investimento da estatal no norte, no ano passado, foi de R\$ 9 milhões, na instalação de um novo transformador na subestação.[...]

[...]As deficiências não se limitam a Joinville, mas atingem também dois outros pólos industriais, diga-se de passagem, de expressão: Jaraguá do Sul e São Bento do Sul.

Só em Joinville funciona uma média de 3,5 mil indústrias e 18 mil estabelecimentos comerciais, todos passíveis de algum tipo de transtorno caso se confirmem expectativas de consumo acima das projeções da Celesc, como ocorre em 2007. A questão mobiliza lideranças empresariais do norte de Santa Catarina. O governo estadual, igualmente, deve estar atento ao problema, pois um eventual colapso elétrico na região norte afetaria a economia catarinense de forma estrutural.[...]"[sic]

Ao mesmo tempo, srs. deputados, temos por iniciativa do setor privado várias PCHs, Pequenas Centrais Elétricas, para entrar em operação, construídas com o dinheiro privado, que vão gerar empregos e renda, que não têm custo para o governo; ao contrário, aumentarão a receita do estado. Essas 18 PCHs que estão para entrar em operação apenas não têm o direito de outorga da utilização dos direitos hídricos por falta de uma determinação, de um decreto que possa regulamentar, porque essas empresas não vão consumir água e não vão poluí-la, diferentemente de uma empresa que iria consumir a água, seja para o consumo humano, seja para o consumo da agricultura ou da própria agroindústria. São pequenas hidrelétricas que vão operar até oxigenando a água.

Então, precisamos fazer um esforço para que essas empresas que já estão para entrar em operação possam ter essa oportunidade de gerar energia para o estado, criando emprego e gerando renda. Ao mesmo tempo, temos mais 90 PCHs já solicitadas para serem construídas em Santa Catarina, e só poderão acontecer de forma efetiva se houver essa regulamentação com urgência.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Deputado, quero apenas contribuir com v.exa. Esse tema é muito pertinente, especialmente na nossa região, onde temos mais de 30 PCHs em construção e projeto para outras dez, também com dificuldade de aprovação por falta de um aparato técnico nos nossos órgãos ambientais de Santa Catarina. E por mais que haja, e acompanhei esse projeto inclusive numa audiência com o governador, a vontade política de que as coisas aconteçam, existe um emaranhado técnico, especialmente na questão ambiental, que cria bastante dificuldade. E tem-se que ter paciência, até em função dos últimos acontecimentos que tivemos em Santa Catarina no que diz respeito à questão ambiental.

Mas corroboro com v.exa. no que diz respeito à importância das PCHs, à necessidade de que elas aconteçam rapidamente. E reconheço as dificuldades que temos em Santa Catarina para que possam avançar.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço a manifestação do deputado Gelson Merísio e, ao mesmo tempo, quero dizer a v.exa., pelo seu pronunciamento de ontem com relação à Lei Geral da Microempresa, que também é um assunto que merece o nosso apoio e que precisamos acelerar.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo o aparte ao deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Sr. deputado, amigo, companheiro progressista Silvio Dreveck, quero parabenizar v.exa. pelo tema agora abordado e dar um número aqui para conhecimento da população catarinense: a demanda necessária, hoje, para suprir, em termos de energia, toda a produção do estado de Santa Catarina gera em torno de 12 mil *megawatts*, e estamos produzindo em torno de 4,3 mil *megawatts*. Então, estamos com um déficit muito grande travando o desenvolvimento do estado de Santa Catarina, tendo que importar energia principalmente do estado de Paraná.

Penso que há necessidade urgente de flexibilizar essa situação, haja vista que há um pedido de mais de 168 PCHs, que poderão gerar em torno de 2,4 mil *megawatts* de energia/hora, sendo fundamental para o desenvolvimento de nosso estado.

Por isso quero mais uma vez parabenizar v.exa. pelo tema!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Valmir Comin. V.Exa., que tem formação em engenharia, conhece muito bem esse assunto, até porque vem do outro lado do nosso estado, que é o sul, onde se produz energia também, principalmente através do carvão. Inclusive, v.exa. fez um pronunciamento relevante há poucos dias sobre o aspecto de utilizar até os resíduos de carvão para transformar em energia.

Dito isso, penso e acredito nessa mobilização para convencer também o Conselho Estadual do Meio Ambiente de que é uma necessidade premente para o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra com satisfação a visita do grupo da terceira idade do município de Cocal do Sul.

Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa! Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o eminente líder, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham, visitantes deste Poder Legislativo, servidores da Assembléia, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, antes do meu pronunciamento, quero me reportar à fala do deputado Dirceu Dresch e parabenizar s.exa. por ter trazido esse tema a esta tribuna, falando da aquisição da Agroeste por parte da Monsanto, que é um dos maiores monopólios do mundo na área de produção de sementes transgênicas.

Quero também lamentar o fato de que está legalizado o plantio de sementes transgênicas em nosso país, de que está legalizada a comercialização desses produtos, e lamentar o fato de que a Monsanto, infelizmente, conseguiu convencer a maior parte dos nossos representantes no Congresso Nacional com relação a esse ponto. Até faz bem pouco tempo - e isso ocorreu já no governo Lula -, a Monsanto ofereceu uma

excursão para um seminário nos Estados Unidos, e todos os parlamentares brasileiros que foram, que eram contrários, voltaram de lá achando que a proposta não era tão ruim.

Então, é lamentável o fato de a Monsanto ter comprado uma empresa catarinense, a Agroeste, produtora de 10% de toda a semente de milho comercializada no Brasil. Mas isso é uma tendência natural, inexorável, da sociedade que estamos vivendo.

Às vezes, vemos aqui as lutas, as resistências e as intenções de fortalecer a pequena empresa, a pequena iniciativa, e sempre somos solidários a essas iniciativas. Mas é preciso dizer que a acumulação, concentração e monopolização são tendências naturais da sociedade capitalista. E para resolver isso, para não ficar eternamente enxugando gelo, só existe uma forma: superar a própria maneira de organização da sociedade.

O meu tema de hoje, srs. deputados, sras. deputadas, é sobre um evento que ocorreu na semana passada e terminou na última sexta-feira, que foi o plebiscito popular pela reestatização da Companhia Vale do Rio Doce. E já falei sobre esse assunto, aqui, várias vezes, nos últimos meses, principalmente nas últimas semanas, assim como outros vários deputados se pronunciaram a esse respeito, dizendo da importância da Companhia Vale do Rio Doce para o Brasil ser efetivamente uma nação soberana e livre.

(Passa a ler.)

"A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1º de junho de 1942. É a maior mineradora de ferro do mundo. Compreende um complexo de 64 empresas. Está presente em 14 estados da federação e em mais de 40 países do mundo. Possui nove mil quilômetros de estrada de ferro, dez terminais marítimos e a maior frota de navios especializada em transporte de minério de ferro.

Está instalada numa área de 240.000km², nesses 14 estados da federação, ou seja, corresponde ao tamanho do estado do Rio Grande do Sul. É a segunda maior empresa brasileira, perde apenas para a Petrobras. Possui uma quantidade e uma diversidade de minérios incalculável e foi vendida por um valor 28 vezes menor do que efetivamente vale." Mas isso já foi dito em outros pronunciamentos.

Quero aproveitar este espaço para dizer da alegria de ter participado do plebiscito e dizer que só naquela urna que foi instalada no terminal urbano de Florianópolis foram registrados oito mil votos, ou seja, foi registrada a vontade da população brasileira, dos trabalhadores, das trabalhadoras, das donas-de-casa, dos estudantes, da juventude em geral, de participar das coisas importantes da vida nacional.

E gostaria de lamentar o fato de que os governantes dificilmente criam possibilidade de a população se manifestar e fazer valer a sua opinião, através de um plebiscito oficial que esse movimento realmente requer. Assim parabenizo todos os que contribuíram para o plebiscito popular e dele participaram!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o líder do DEM, sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Quero apenas comunicar a esta Casa, sr. presidente, com muito pesar, o falecimento do irmão do deputado Onofre Santo Agostini, motivo pelo qual s.exa. está ausente nesta sessão.

Também atendendo à solicitação do deputado, quero pedir a v.exa. que, de acordo com os demais líderes, possa retirar da pauta os vetos que estavam previstos para hoje, em função de o deputado Onofre Santo Agostini ter interesse particular em um deles. Assim, impossibilitado de estar presente, s.exa. pediu-me que fizesse essa solicitação a v.exa. e aos demais líderes, no sentido de transferir para a próxima semana a votação dos vetos que seriam para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - No momento oportuno da sessão, a Presidência fará a consulta aos srs. líderes.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Quero anunciar a presença da vereadora Adeliana Dal Pont, do PPS, do município de São José.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Seja bem-vinda, vereadora Adeliana Dal Pont!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a eminente líder do partido, deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente Julio Garcia, demais integrantes da Mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem, este momento pelo qual o deputado Onofre Santo Agostini está passando é de tamanha tristeza. E também sentimos a perda de seu ente querido porque somos uma grande família neste grande casarão, nesta Casa Legislativa.

Sr. presidente, hoje pela manhã estive representando este Poder, uma vez que v.exa. selecionou esta deputada para representá-lo no Fórum Brasileiro de Direito Eleitoral. E tenho certeza de que este Poder foi bem representado.

Nós estivemos lá presentes juntamente com os desembargadores. O dr. José Trindade dos Santos, presidente do TRE de Santa Catarina, fez a abertura oficial do grande evento; o jurista dr. Fábio Konder Comparato abriu o evento, salientando sobre os Instrumentos de Participação Popular x Democracia e Representatividade; em seguida falou o diretor da Escola Judiciária Eleitoral, dr. José Isaac Pilati. Contamos, também, com a presença dos desembargadores dos estados de Goiás, Pará, Minas Gerais, Alagoas, Tocantins e Amapá.

Este fórum continuará até sexta-feira, dia 14. Já pedi para que a minha assessora Gisele participe e inteire-se porque o assunto é muito importante, srs. deputados e sras. deputadas. Teremos, nessas próximas eleições, muitas inovações. O tema é bastante importante, pois fala sobre soberania popular, instrumentos da participação popular, democracia, sistema eleitoral brasileiro, partidos políticos, efetividade das decisões eleitorais, ações e recursos eleitorais, direitos dos políticos.

Esse fórum é muito importante e o seu objetivo, deputada Ana Paula Lima, é discutir os principais temas da reforma política eleitoral, buscando subsídios e contribuições da sociedade para o aperfeiçoamento do sistema democrático e a revisão da legislação eleitoral em vigor. E a prioridade do evento é o debate sobre as críticas e a obtenção de sugestões. E tenho certeza de que vai enriquecer todas as agremiações partidárias que puderem participar.

Eu cheguei atrasada hoje na reunião da comissão de Finanças e Tributação da qual sou integrante, mas consegui falar com o deputado e hoje secretário da Educação, que se fez presente para responder alguns questionamentos sobre os arts. 170 e 171. Alegrei-me porque o secretário salientou que em breve teremos algumas turmas...

Volto a falar, sr. presidente, em outra oportunidade, porque meu tempo está esgotado!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero também deixar as minhas condolências ao nosso colega, deputado Onofre Santo Agostini, pelo falecimento do seu irmão. Não tenho nenhuma dúvida de que posso fazê-lo em nome da bancada do PMDB.

Sr. presidente, venho à tribuna desta Casa para falar de um assunto que eu entendo de muita importância - e dentro da bancada do PMDB e das demais bancadas desta Casa temos muitos deputados ligados a ele -, que é o setor cooperativista.

Quero propor, sr. presidente, criarmos nesta Casa, embora saiba que o deputado Renato Hinnig já criou uma comissão de Cooperativismo, uma frente parlamentar do cooperativismo. Para tanto, passo a ler as considerações que me levam a fazer essa sugestão à Mesa Diretora.

(Passa a ler.)

[...]

"Considerando que o sistema cooperativista em Santa Catarina, liderado pela OCESC - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina -, é formado atualmente por 263 cooperativas, em atividades do ramo agropecuário, consumo, crédito, educação especial, habitação, infraestrutura, mineração, produção, saúde, trabalho e transporte, respondem por aproximadamente 12% do PIB catarinense.

Considerando que as dificuldades registradas nos últimos anos do setor agropecuário não impediram que o sistema cooperativista catarinense ultrapassasse as 716.000 famílias catarinenses, representando mais de um terço da população catarinense ligada ao setor, e dados oficiais confirmam que o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - é maior nas regiões onde há cooperativas instaladas.

Considerando que já funciona no Congresso Nacional a Frente Parlamentar do Cooperativismo, com mais de 225 parlamentares federais e 25 senadores, além de diversas Assembleias Estaduais instalarem suas respectivas frentes parlamentares (Frencoops), entendemos ser imprescindível que essa Casa Legislativa também instale sua Frente Parlamentar em Defesa do Cooperativismo Catarinense.

Considerando a necessidade de ampliarmos os debates em relação aos temas essenciais acerca do tratamento adequado ao Alto Cooperativo, além do acesso direto das cooperativas de crédito aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a aprovação das medidas que eliminem a bi-tributação do ISS para as cooperativas operadoras de plano de saúde, matérias que contemplem as questões do endividamento rural, medidas que minimizem os efeitos do câmbio e a implantação definitiva do seguro rural, índices de produtividade agrícola, comercialização de genéricos para o setor agropecuário, redução de encargos financeiros para o financiamento da atividade rural e a elevação de recursos para o setor.

Diante das considerações e consciente de que o Poder Legislativo Catarinense, que possui em seu quadro diversos parlamentares ligados ao setor cooperativista, precisamos nos associar nesta luta em defesa desse modelo de eficiência gerencial, diversificação de atividades e alto espírito de integração, daí a necessidade de propormos hoje a formação da FRESCOOP-SC.

Os deputados estaduais que esta subscreve, manifestam sua adesão à Frente Parlamentar em Defesa do Cooperativismo - FRESCOOP-SC pela importância que o setor representa não só para Santa Catarina, bem como para o país. Os parlamentares suprapartidariamente não podem ficar alheios a importância do sistema cooperativo no processo de desenvolvimento do nosso estado e lutaremos juntos na defesa de projetos para melhoria do setor.

Senhor Presidente, diante das considerações apresentadas, comunico a vossa excelência que estarei encaminhando para deliberação da Mesa Diretora desta Casa, o reconhecimento da FRESCOOP-SC junto a Assembleia Legislativa."[sic]

Os srs. deputados que até o presente momento assinaram esta proposta foram: Elizeu Mattos, Herneus de Nadal, Reno Caramori, Gelson Merisio, Dirceu Dresch, Antônio Aguiar e este que lhes fala.

Quero deixar aqui livre essa proposta para todos os deputados que a queiram assinar - e vejo aqui os deputados Romildo Titon, José Natal, Renato Hinnig e a deputada Ada De Luca. Deixarei esta lista para todos os deputados que tenham interesse em participar dessa frente - sem prejuízo do fórum parlamentar, deputado Renato Hinnig, que v.exa. já apresentou e do qual eu também faço parte -, para que possamos defender esse setor que, no meu entendimento, pode ajudar muito, como já vem ajudando, o desenvolvimento do nosso estado.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Moacir Sopelsa, quero cumprimentá-lo por essa iniciativa e gostaria de ter feito parte da primeira lista.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Renato Hinnig, v.exa. fará parte da primeira lista porque as assinaturas foram colhidas há alguns minutos.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Está certo! Mas eu gostaria apenas de destacar que há alguns meses fiz essa proposição à Mesa Diretora de criarmos uma frente parlamentar do cooperativismo, mas até agora não tivemos resposta. Quem sabe agora, com a sua iniciativa e com o impulso de tantas lideranças e tantos deputados, efetivamente implante-se essa frente parlamentar na Assembleia Legislativa que eu reputo da maior importância, porque acredito fielmente que, se aplicarmos os princípios, a doutrina e os valores do cooperativismo, todo e qualquer problema que se apresente passará a ter perspectiva de solução. Sou defensor ardoroso do sistema cooperativista porque acredito que este é o sistema que pode ajudar transformar a nossa sociedade.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig. Tenho certeza de que v.exa. tem esse reconhecimento.

Sr. presidente, nós sabemos que regimentalmente não temos poder legal para registrar essa frente parlamentar cooperativista, mas como ela atua também no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, esperamos que a Mesa Diretora desta Casa acate o nosso pedido para, a partir da semana, termos essa frente implantada em nosso estado. Assim, juntos, independente de cor partidária, defenderemos aqui esse setor importante para Santa Catarina.

Eu concedo os minutos restantes do horário do nosso partido ao deputado Elizeu Mattos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para concluir o horário do PMDB, o deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o que me traz hoje à tribuna desta Casa é um assunto que de uma hora para outra pode virar um verdadeiro estresse em 32% do território do estado de Santa Catarina. Refiro-me ao que se discute no Conama, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, a respeito os campos de altitude.

O que se refere aos campos de altitude, deputados João Henrique Blasi, Manoel Mota e Romildo Titon, é bastante confuso quando olhamos a lei e não sabemos o que o Conama está discutindo. O que causa apreensão na região da serra catarinense, principalmente, e em parte do oeste de Santa Catarina é o que acontecerá, deputado Manoel Mota, com a criação de reservas de áreas de preservação acima de 850 metros de altitude no estado de Santa Catarina.

Antes de continuar a minha fala, vou mostrar no mapa o que vai acontecer com o estado de Santa Catarina, se não for alertado o nosso presidente da República. O medo é que algum iluminado leve isso para o presidente regulamentar através de decreto.

Eu peço que a assessoria apresente o mapa.

(Procede-se à apresentação de slide.)

Se os campos de altitudes forem realmente convalidados pelo Conama, com decreto do presidente da República, vejamos o que vai acontecer no estado de Santa Catarina - observem a área que vemos ali, em marrom: com a criação dos campos de altitude acima de 850 metros, 32% do estado irá tornar-se área de preservação. Isso quer dizer, falando em serra catarinense, que ao subirmos a serra e entrarmos em Bom Retiro, será área de preservação. Lages será uma cidade onde não se poderá mais construir, pois será área de preservação.

Em Urupema, já estavam sendo feitos investimentos, mas por causa da Operação Moeda Verde ficaram assustados. Agora estão sendo feitos investimentos novamente, mas essa nova proposta do Conama afastará todos aqueles que querem investir na região.

Isso é grave, srs. deputados, e Por isso pedi aos deputados Moacir Sopelsa, Décio Góes e Herneus de Nadal que na audiência pública que vai tratar da questão ambiental, em Chapecó, na próxima segunda-feira, seja incluída a questão dos campos de altitude. Nós não temos mais tempo para discutir os campos de altitude e talvez se solicitarmos uma nova audiência seja tarde, sr. presidente, e tenhamos um decreto transformando esses 32% do estado em área de preservação.

Por isso é importante debatermos esse assunto que está afligindo e deixando apreensiva a população da serra catarinense. Há dias era discutida a questão dos quilombolas, agora é a questão de reservas, de campos de altitude.

Nós pedimos aqui o empenho de todos porque às vezes há algumas pessoas que se acham iluminadas e, entre quatro paredes, em Brasília, criam as coisas por satélite, sem conhecer a realidade. E o presidente da República acaba assinando o decreto sem saber o que está criando. Daqui a pouquinho esses iluminados, que estão entre quatro paredes e que sequer conhecem o interior do nosso estado, levam o decreto para o presidente da República assinar e acabam com 32% do estado de Santa Catarina.

É necessária a união de todos neste Parlamento, independente de sigla partidária! Há um povo que está com medo e assustado no interior, e temos que participar, unir forças com a bancada federal - não ir falar com o ministro, porque já fomos -, falar com o presidente da República e mostrar o que está acontecendo dentro de ministérios em Brasília, dentro do Conama, porque daqui a pouco irá cair na mesa do presidente essa verdadeira aberração, que é a criação dos campos de altitude acima de 850 metros.

Acho que é preciso escutar os estados! Já foi discutido em Brasília, deputado Sílvio Dreveck, que nessas questões de parques, de reservas, deve haver a participação do estado. Brasília não pode mais dizer o que vamos fazer aqui! Nós temos um Parlamento, temos vereadores, prefeitos e deputados estaduais, mas as coisas continuam caindo de Brasília de pára-quedas, sem sabermos o que está acontecendo!

A questão dos quilombolas nós discutimos! O deputado Romildo Titon levantou a bandeira e foi reduzida a área de oito mil hectares para pouco mais de 400 hectares, porque aquilo era uma verdadeira loucura! Não estamos discutindo se os quilombolas tinham ou não direito, mas aquela não era a área que tinha que ser discutida e por isso foi reduzida.

Antes que saia um decreto, clamamos os nossos deputados para erguemos a bandeira contra essa aberração que pode cair daqui a pouco no nosso colo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, deputado Elizeu Mattos, e dizer que essas questões feitas sem uma discussão profunda acabam gerando a situação que estamos vivendo hoje. São medidas que não contribuem; ao contrário, estão atrapalhando.

Quero levantar uma outra questão paralela. No passado, plantava quem queria, derrubava a Mata Atlântica quem queria, faziam o que bem entendiam dentro das suas propriedades. Mas houve muitos cidadãos brasileiros que, preocupados com o futuro do país, começaram a preservar os seus terrenos. Derrubaram um pouco da mata, mas a deixaram quase inteira. E o que ele é hoje? O bandido da história porque tem uma propriedade, não é compensado e, se arrancar um mato, vai ser preso?!

Quer dizer, são essas medidas que não dão para engolir. Portanto, algumas medidas têm que ser tomadas no sentido de recuperar o proprietário e a prefeitura municipal, que deixa de produzir e perde. É preciso reavaliar muitas situações no país!

Por isso quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Esse decreto está trazendo problemas, mas há outras questões paralelas, como essa que levantei. E tem que ser tomada alguma medida, como o ICMS Ecológico. Alguma coisa tem que ser feita para ajudar a região e contribuir com aqueles que pensaram no passado e preservaram o futuro, que é o nosso oxigênio de hoje.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Nobre deputado, agradeço o seu aparte.

Veja que não existe um decreto. Eu sei que o presidente Lula, sendo orientado, jamais vai assinar um decreto considerando 32% do estado área de preservação. Mas esse alerta tem de ser dado antes que algum iluminado baixe o decreto e o presidente assine, porque depois o decreto estará aí e estaremos com um grande problema para todo o estado.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Nobre deputado, v.exa. colocou com muita propriedade que Santa Catarina, nesses últimos cinco meses, sofreu realmente um impacto grande advindo de decisões tomadas em Brasília, sem conhecimento.

Recebi, hoje, no meu gabinete, um relatório detalhado da Amures, ao qual v.exa. se reportou anteriormente. E eu e a minha assessoria de gabinete já nos manifestamos através de um requerimento para ser aprovado neste plenário e tentarmos barrar em Brasília que isso aconteça.

Mas a nossa comissão de Turismo e Meio Ambiente esteve reunida às 13h, como acontecem todas as quartas-feiras, e tratamos da importância de realmente discutirmos esse assunto na próxima segunda-feira, em Chapecó, na audiência pública da qual eu participarei, juntamente com mais alguns deputados. Lá vamos fazer uma moção para ser encaminhada urgentemente a Brasília para que Santa Catarina seja ouvida e os produtores rurais, os pequenos agricultores, não sejam prejudicados em suas áreas onde residem e produzem para a sua subsistência e também para o mercado.

Então, colocamo-nos à disposição. Saiba que vamos tratar disso, conforme foi acordado com o deputado presidente Décio Góes, hoje, às 13h, na reunião da comissão do Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o seu aparte, nobre deputado.

Gostaríamos de dizer que estamos levando os prefeitos da região serrana, os vereadores e os presidentes de Câmaras a Chapecó para participarem dessa audiência.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. deputado, só para complementar, queremos dizer que teremos duas oportunidades para discutir este tema: em Chapecó, na segunda-feira, dia 17, e em Lages, no dia 4 de outubro, na Conferência Estadual do Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Este assunto terá segundo tempo. Estou inscrito novamente e vou voltar ao mesmo assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e catarinenses que nos prestigiam nesta sessão da Assembléia Legislativa, na tarde de hoje, quero me reportar a um momento de felicidade do PSDB no dia de hoje, em Santa Catarina.

O nosso grande líder Geraldo Alckmin, que foi o nosso candidato à Presidência da República, está no nosso estado, nobre deputada. Participou agora de manhã de um almoço da ADBV e o nosso vice-governador, Leonel Pavan, terá o privilégio de acompanhá-lo por Santa Catarina, quando falará para todo o estado, para a classe empresarial e para as pessoas interessadas sobre política inovadora, já que nós estamos vivenciando essa fase.

Ele estará em Blumenau, hoje, fazendo diversas filiações nesse partido que cada dia que passa mais cresce em Santa Catarina, com certeza absoluta, trazendo para o seu quadro pessoas realmente de grande importância política e até no contexto empresarial.

Estará na cidade de Balneário Camboriú também inaugurando algumas obras com o nosso vice-governador e com o prefeito daquela cidade.

Portanto, vivemos realmente um dia muito feliz por termos Geraldo Alckmin aqui em Santa Catarina! Só o nosso vive-governador, o senador Leonel Pavan, é que realmente consegue trazer o Alckmin. E o que é importante para o estado, é importante para todos nós.

Mas parece que a semana é do PSDB. Amanhã também estará aqui no Parlamento de Santa Catarina a nossa senadora Marisa Serrano, participando da reunião do Parlasul - e com certeza os srs. deputados se farão presentes. Amanhã estarão aqui representantes dos estados de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, e serão enfocados diversos temas referentes à política brasileira, à conjuntura nacional.

Faço aqui, de público, um convite a todos os catarinenses para que compareçam a este Parlamento amanhã, que, com certeza absoluta, a nossa senadora trará uma grande contribuição para a política do estado de Santa Catarina e também, certamente, para a política nacional, com as inovações que ela tanto faz.

Nós tivemos na manhã de hoje, srs. deputados, sras. deputadas e telespectadores da TVAL, a reunião da comissão de Constituição e Justiça, da qual eu faço parte. Compareceu aqui na nossa reunião o secretário de estado da Educação, Paulo Bauer, que fez uma explanação ampla e total do art. 170, e também de como será conduzido o percentual dos 30% do art. 171, que é uma reivindicação da maioria dos srs. deputados desta Casa.

O governador Luiz Henrique da Silveira já deu o aval ao secretário Paulo Bauer e à sua equipe de governo para conduzirem isso na maior transparência e brevidade possível. Eu sei que o deputado Sílvio Dreveck tem razão. Ele fez algumas colocações aqui anteriormente que esclareceram, mas não ficou bem detalhada a questão. Mas ele entendeu a proposta do governador, através do secretário Paulo Bauer, na intenção de resolver definitivamente a questão do art. 170.

Quero confessar aqui que soube hoje de manhã que Santa Catarina é o único estado do país que tem realmente recurso próprio para os alunos carentes, através do art. 170. O montante é grande. Nós ajudamos, hoje, segundo o secretário Paulo Bauer, quase 17 mil alunos, através do art. 170.

Ele trouxe hoje de manhã uma proposta diferenciada de, quem sabe, mudarmos - terá que ser mudada a Constituição do Estado - o percentual de ajuda, porque uns ganham 50%, outros, 100%. Mas quem sabe, nesse contexto, alguns não necessitem dos 100% nem outros dos 50%. Fariamos uma margem diferenciada para alcançar um número maior ainda de pessoas que têm realmente a necessidade de receber um suporte do governo para completar ou chegar ao nível superior.

Eu fiz uma colocação na comissão pela manhã, srs. deputados, que com certeza absoluta é uma realidade. O filho chega para o pai e diz: "Pai, eu quero cursar uma universidade". Se o pai é assalariado, ele diz ao filho que não tem condições, que não vai bancá-lo. Os jovens, querendo a sua oportunidade, que é difícil, aventuram-se, no bom sentido, e fazem a matrícula numa universidade com os seus recursos. Depois, como não conseguem honrá-la, ficam pendentes nas universidades por muito tempo, deixando as famílias numa situação muito ruim.

Mas diversos deputados participaram da reunião. Com certeza absoluta o governador, o secretário Paulo Bauer e o secretário da Fazenda vão ter uma solução completamente definitiva. O atraso é normal, dentro da conjuntura. Se o estado arrecada 100%, ele consegue repassar 100%. Mas o que está no cronograma, vai ser cumprido, e está sendo. Eu fiquei feliz com o esclarecimento prestado pelo secretário Paulo Bauer e pelo secretário da Fazenda, e com certeza absoluta nós avançamos - eu não era conhecedor do processo - e vamos aperfeiçoar para avançar mais ainda.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado José Natal, o art. 170, neste ano, está atendendo a 17 mil alunos. Para terem uma idéia, o número de alunos que são atendidos pelo governo estado é o tamanho da Universidade Federal de Santa Catarina.

Na hora em que for regulamentado o art. 171, provavelmente vamos poder atender, talvez, a mais 20 mil ou 25 mil alunos, principalmente se abrirem a oportunidade de atender com percentuais variáveis, e não apenas 50% ou 100%.

Por isso que com o movimento que v.exa. levanta aqui e a dedicação que tem a comissão de Educação para regulamentar esse artigo, certamente vamos dar a oportunidade de mais pessoas estudarem.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Por indicação do líder do partido, com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, eu não poderia deixar de, brevemente, no horário do meu partido, fazer menção a dois assuntos.

O primeiro diz respeito à exposição do nobre deputado José Natal, quando se referiu ao art. 171. Nós temos que reconhecer, deputado, efetivamente, a ação inteligente e corajosa do governador Luiz Henrique da Silveira, quando criou o Fundo de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino de Santa Catarina, alocando um percentual das empresas que têm benefícios fiscais destinados à pesquisa e extensão, a cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, e a bolsas de estudo aos estudantes carentes do nosso estado, principalmente aqueles que trabalham durante todo o dia e estudam no período da noite, nas mais longínquas regiões de Santa Catarina.

Sabemos que, a partir do ano que vem, aproximadamente R\$ 30 milhões estarão disponíveis para atender ao pleito da juventude catarinense. Porque um dos grandes problemas dos nossos jovens é adentrar a universidade, e, mais do que isso, manter-se nela.

Sr. presidente, eu também desejo, neste espaço do meu partido, fazer menção à aprovação da Lei Geral da Microempresa. Entendo que esse projeto é importante para as mais de 3,5 milhões de microempresas do Brasil porque facilita o acesso ao crédito, desburocratiza, desonera a folha de pagamento e, sobretudo, incentiva as nossas microempresas, que representam 98% das empresas brasileiras e são responsáveis por 60% da geração de empregos.

Mas faço uma observação com relação à aprovação da Lei Geral da Microempresa. Em Santa Catarina, cinco mil empresas não têm os benefícios do Super Simples, e não têm o interesse porque não terão benefícios. Portanto, cinco mil microempresas do nosso estado ficaram fora desse benefício do Super Simples. E mais do que isso, deputado Sílvio Dreveck, essas cinco mil empresas perderam os benefícios do Simples Estadual, e isso não é admissível, deputado José Natal. Assim, nós entendemos que o governo federal precisa, urgentemente, editar uma medida provisória mantendo o status fiscal do estado de Santa Catarina, dos estados por consequência, para que possamos dar o benefício do Simples Estadual a essas cinco mil empresas.

Em Joinville, sr. presidente, são mais de mil empresas que perderam esse benefício, empresas principalmente que são prestadoras de serviços, enfim, de todas as áreas. Nós estamos vendo um movimento intenso em Santa Catarina. Em Joinville esse movimento está sendo capitaneado pela maior associação de micro e pequenas empresas do Brasil, a nossa Ajorpeme.

Portanto, entendemos que é preciso conjugar forças no sentido de pressionar o governo federal para que corrija essa distorção a fim de voltarmos a dar esse benefício a esse contingente significativo de pequenas e microempresas catarinenses.

Vejam que por se tratar de um país ainda em desenvolvimento, muito burocrático, que não tem incentivado devidamente as pequenas e microempresas, nós temos um dado que é assustador: no terceiro ano de vida praticamente 50% das pequenas e microempresas vão à falência, desaparecem. E temos a responsabilidade e, sobretudo, sr. presidente, o compromisso de propor medidas no sentido de que as pequenas e microempresas possam ter benefícios, continuar aquecendo a economia e gerando mais postos de trabalho.

Também, sr. presidente, desejo fazer menção ao pronunciamento do deputado Elizeu Mattos, quando se referiu à resolução do Conama que vale para o Brasil. Este é um país continental e essa resolução que trata dos campos de altitude efetivamente preocupa-nos muito porque poderemos ter, e certamente vamos ter, infelizmente, grandes problemas na região serrana de Santa Catarina, no que diz respeito à agricultura e à pecuária. É importante que o Conama, deputado Dirceu Dresch, possa rever a sua resolução para que possamos manter a todo custo o chamado desenvolvimento sustentável. Essa é a nossa tarefa e também, no meu entendimento, a nossa missão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Parabenizo v.exa., deputado Darcy de Matos, e agradeço pela oportunidade do aparte.

De fato, a polêmica instalada em Santa Catarina na questão dos créditos de ICMS é muito séria e preocupante porque são mais de cinco mil micro e pequenas empresas. Mas esperamos que o Confaz, na reunião do dia 28, de fato aprove e que o estado faça um movimento nos outros estados no sentido de o Confaz aprovar essa iniciativa,

Amanhã vou comentar mais sobre este assunto porque hoje o tempo já se está esgotando.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, inicialmente, gostaria de comentar a fala do deputado Elizeu Mattos, quando se feriu aos campos de altitude.

Os debates sobre essa questão são realizados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, que é um conselho autônomo, independente. Portanto, não cabe causar terrorismo na população. O que precisamos é racionalmente debater. Para isso, já criamos dois espaços. Um deles será, na segunda-feira que vem, em Chapecó, e outro no dia 4, em Lages. E poderão ver que as APs, Áreas de Proteção, podem contemplar os espaços de produção e de preservação. Enfim, há como conciliar os interesses da natureza, os interesses da sobrevivência da terra como o nosso ambiente de vida e os interesses da sobrevivência da nossa população.

Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, cidadãos que nos visitam, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital AleSC, hoje pela manhã, aceitando o convite por nós formulado e pelas comissões de Finanças e Tributação e de Educação, estiveram presentes os secretários Paulo Bauer e Sérgio Alves para prestar esclarecimentos sobre o atraso, por parte do governo do estado, dos repasses dos recursos referentes ao art. 170 às instituições educacionais.

Estamos no nono mês do ano e apenas duas parcelas foram pagas, criando constrangimento aos alunos bolsistas que recebem um investimento do estado e não uma ajuda como, às vezes, o estado está entendendo. E como resultado prático, entendo que os secretários saíram daqui comprometidos de até a próxima semana pagar mais uma parcela atrasada referente ao acordo feito com as universidades, e até o fim do ano deixar tudo zerado.

Fizemos um apelo para que o governo do estado assuma a dívida existente junto às universidades, evitando que os estudantes tenham que assinar um termo de compromisso de reconhecimento da dívida e passem pelo constrangimento de serem cobrados por uma dívida que não é deles.

Então, acho que a reunião foi extremamente válida e importante. Sentimos que nos discursos durante toda audiência tivemos várias afinidades. O problema é a prática. Existem boas intenções, mas a prática não está sendo realmente aplicada. Pelo que falaram os secretários, pelas maravilhas que foram ditas, pela compreensão que nos foi pedida, acho que há uma dissonância entre o pensamento do estado e o da população. Para a população, este governo já está no quinto ano, já tem um conjunto de obrigações e de compromissos para prestar contas. Para o governo, ele ainda está no primeiro ano, ainda precisa de tempo, está-se organizando, reorganizando-se e reestruturando-se - mas não é essa a mesma paciência que demonstram com relação ao governo federal, quando aqui nesta Casa cobram de um governo que está no quinto ano.

Então, quero agradecer a presença dos dois secretários que foram extremamente importantes para assumirmos esses compromissos de quitação do art. 170.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, quero fazer alguns esclarecimentos sobre o que o deputado Serafim Venzon falou no microfone de aparte anteriormente, ou seja, que as bolsas de estudo do governo de Santa Catarina eram maiores do que o número de alunos da UFSC. Telefonei para o magnífico reitor da Universidade, Lúcio Botelho, e eu me informei sobre esses dados. A Universidade Federal de Santa Catarina tem 19 mil alunos na graduação e sete mil na pós-graduação. Então, o número é muito maior do que o das bolsas de estudo. Isso é só um dado para esclarecimentos, não para contextualizar.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Temos que acrescentar cinco mil bolsas do ProUni e mais quatro mil vagas do Cefet, que passaram a ser oito mil vagas. E agora tem mais sete Cefets para o próximo período do governo Lula.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, realmente sem falar dos *campi* que vão abrir na região oeste, em Curitibaanos, na região de Joinville, bem como os pólos de ensino a distância em nove regiões do estado de Santa Catarina. É o governo Lula trabalhando através da educação, para que todos os nossos jovens possam acessá-la.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Acho que sempre queremos mais, mas é importante reconhecermos os avanços que obtivemos até agora.

Hoje pela manhã, deputada Odete de Jesus, o secretário Paulo Bauer também nos deu ciência de que determinou a criação de duas turmas piloto, inicialmente, para os cursos pré-vestibulares gratuitos propostos por v.exa. na legislatura passada. Espero que esses cursos também sejam implantados na minha cidade, Criciúma, porque tudo neste governo começa experimentalmente em Joinville. Acho que essas boas experiências também devem ir para as demais cidades do estado.

Srs. deputados, quero também me referir - e a deputada Ana Paula Lima já falou sobre esse assunto - ao novo ProJovem. O presidente Lula lançou esse programa no último dia 5 de setembro, com o qual abrirá mais de quatro milhões de vagas até 2010 para os jovens deste país. Então, amanhã, vou falar sobre o ProJovem para que possamos ver os avanços que estamos conquistando com o presidente Lula no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e catarinenses que nos acompanham através da TVAL, ainda acerca do art. 170, deputado Pedro Uczai, é preciso fazer aqui algumas considerações e resgatar a verdade dos fatos, fazer justiça.

O art. 170 está previsto na Constituição Estadual desde 1989. De 1989 a 1999 nenhum governo pagou, srs. deputados. Durante dez anos nenhum governo cumpriu o art. 170 da Constituição. Quando o governador Esperidião Amin foi eleito em 1998, o único compromisso público que assumiu, firmou, foi o de buscar o cumprimento do art. 170 da Constituição, até então não cumprido por ninguém. Promessa feita, compromisso honrado. Chegando ao governo, em 1999, encaminhou para esta Casa Legislativa um projeto para regulamentar o art. 170.

Era líder do governo, à época, o deputado Paulinho Bornhausen, e este deputado era vice-líder. O deputado Pedro Uczai e a deputada, à época, Ideli Salvatti eram, dentre outros, combativos deputados da Oposição. Esta Casa empreendeu um grande esforço, realizou audiências públicas em todas as universidades do estado. Havia projetos e propostas antagônicas, como a do deputado Pedro Uczai e a do deputado Paulinho Bornhausen. No debate, na construção, no cumprimento do compromisso, chegamos à votação unânime de um substitutivo: 40 votos a zero. E o governo, aquele governo de Esperidião Amin, comprometeu-se a escalonar o cumprimento. Ali foram fixadas as metas para 2000, 2001 e 2002. Elas foram cumpridas rigorosamente, deputada Odete de Jesus, as prestações foram pagas religiosamente em dia.

Por ocasião da eleição e da campanha de 2002, o então candidato Luiz Henrique da Silveira prometeu dobrar o número de bolsas, ou seja, cumprir integralmente o art. 170 - e ele não é cumprido; prometeu isso em 2002!

Justiça seja feita! Foi o deputado Paulo Eccel, da bancada do PT, quem mais cobrou, durante toda a legislatura passada, o cumprimento do art. 170. Vários debates foram feitos, deputados Silvio Dreveck e Dirceu Dresch, várias discussões, somente discussões. O governo não cumpriu, durante todo o governo passado, absolutamente nada daquilo que assumiu, e na campanha de 2006 renovou a promessa. De novo parece-me que tudo continua na promessa. E o pior, srs. deputados Pedro Uczai e Pedro Baldissera, é que nem o pagamento em dia está sendo feito!

Querer me convencer de que um escalonamento, um convênio firmado em oito prestações, sendo que o governo só resgatou duas e estamos no dia 12 de setembro, é dizer que está em dia?! Se pagar duas por mês já não haverá mais tempo suficiente para manter em dia. Irá acontecer de novo, neste final de ano, deputados, o que acontece a cada final de semestre: a angústia dos acadêmicos que não conseguem renovar as suas matrículas por inadiplência.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. deputado Joares Ponticelli, é importante trazer a esta tribuna o histórico dessa luta do art. 170. E, mais do que isso, o que significa para milhares de estudantes ter ou não a bolsa de estudo!

Srs. deputados, o governo não honra nem o compromisso que assumiu, que era pagar em oito prestações. E o secretário da Educação, Paulo Bauer, na nossa comissão de Educação, disse que iria honrar os meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro, e até agora somente duas prestações foram pagas e não irá honrar! E como ficam, então, as universidades, os estudantes?!

Ontem recebi documentos de DCEs, que estão numa insegurança danada porque os dirigentes não sabem se vão receber. E se não vão receber, não fazem a matrícula do aluno. Ou já começam a cobrar a mensalidade do aluno ou ele tem que abandonar a universidade! Qual é a melhor política deste governo do estado, se não a de garantir a educação superior para a nossa juventude?!

Srs. deputados, quero aqui fazer justiça ao ex-governador Esperidião Amin, pois eu era da bancada de Oposição quando votamos as bolsas de estudo. E ele cumpriu religiosamente o preceito constitucional destinado às bolsas de estudo. E a proposta do crédito educativo do Paulinho Bornhausen, que era ligado ao governo, não foi regulamentada.

Por isso quero dizer ao deputado Joares Ponticelli continuar nessa luta, na defesa do art. 170, porque cumpri-lo em dia é o mínimo que um governo deve fazer, quando diz que cumpre a Constituição!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. E não só pelo art. 170, como também pelo art. 171 v.exa. já naquele mandato brigava pelo seu cumprimento. Aquele também foi um compromisso de campanha do candidato Luiz Henrique da Silveira, lá em 2002, deputado Silvio Dreveck, renovado em 2006, e até aqui só promessa! Continua o discurso, continua a promessa e o dinheiro não está chegando.

Daí alguns vêm aqui dizer: "Ah, mas foi repactuado o contrato", como ouvi deputados dizerem aqui outro dia, deputado Décio Góes: "Ah, mas a dívida foi reescalada, reparcelada". Reparcelada por quê? Onde está o dinheiro? Por que não estão pagando?

Não me venham com esse negócio de que pagaram duas prestações! Alguém veio aqui outro dia comemorar, no mês de agosto, que o governo estava pagando a segunda, de oito prestações. É profundamente lamentável o que está sendo feito com os estudantes por este governo que aí está estabelecido.

Por fim, hoje estamos vivendo um dia histórico. Lamentavelmente, acontece neste momento uma sessão secreta do Senado Federal. Vimos os incidentes lamentáveis ocorridos na manhã de hoje, e espero que quando a sessão tornar-se pública, o Brasil possa saber que mais um senador que faz mal para a política e o Parlamento foi banido. Já que o senador Renan Calheiros não ouviu, deputado Manoel Mota, e renunciou, como fez o Joaquim Roriz, espero que seja...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do professor da Udesc de Joinville, o mestre Luiz Dalla Valentina, que também é candidato a reitor da Udesc na eleição que acontecerá no próximo dia 30 de outubro.

E comunico também, com pesar, o falecimento da educadora de São Miguel d'Oeste Sofia Kaminski Corso, que era comerciante, professora da Udesc e também diretora da Escola Estadual Jaldir Faustino da Silva no mesmo município.

Durante basicamente 30 anos atuou como educadora nas diferentes instituições educacionais daquele município. Além disso, foi mestre na produção de textos da língua portuguesa, nos cursos de Letras; Português, Inglês; Português, Espanhol e também no próprio curso de Psicologia.

Portanto, as nossas condolências a essa incansável lutadora e trabalhadora na educação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero registrar, com muita honra, a presença do prefeito municipal de Praia Grande, sr. João José de Matos, e de toda equipe de liderança daquele município, que veio a trabalho e prestigiar o Parlamento catarinense. A presença deles aqui é para nós uma satisfação e uma honra muito grande!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Certamente o sr. João José, nosso prefeito de Praia Grande, veio aqui saber notícias suas a respeito da nossa tão sonhada e almejada Serra do Faxinal.

Registramos também a presença do vereador Álvaro José Medeiros Júnior, de Gravatal.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão tramitação na forma do Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s: 0180/2007 e 0349/2007.

Comunica, outrossim, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0104/2007.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0038/2006; 0039/2007 e 0069/2007.

Ainda comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0066/2007; 0091/2007 e 0094/2007.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, registro a presença do seu amigo e nosso também, vereador Álvaro Medeiros Júnior, do município de Gravatal, uma liderança promissora daquele município.

S.Exa. tem dificuldades na Câmara Municipal, no sentido de obter informações da Casan. V.Exa. sabe que lá existem alguns investimentos pouco explicados ou pouco esclarecidos, e o vereador tem questionado o pedido de informação que a Casan não responde. Eu até já encaminhei o pedido de informação do vereador pela Assembléia, e vamos aguardar para ver se dessa vez responderem; senão, será mais um bom assunto para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O vereador tem duas expectativas: a de receber as informações aludidas por v.exa. e a do seu apoio à sua candidatura à prefeitura daquele município.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0227/2007.

Há um requerimento dos srs. líderes para que as três Mensagens de Veto n.s: 227/2007, 228/2007 e 229/2007 sejam transferidas para a pauta da Ordem do Dia da próxima terça-feira.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, a Presidência assim procede.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0147/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, com informações sobre o DPVAT.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0202/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0330/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que altera o inciso II, do § 2º, do art. 4º, da Lei 11.392, de 2000, que institui a Política Estadual de Prevenção e Controle às Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST -, à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS -, dispõe sobre a discriminação aos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV - e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0260/2007, de autoria do deputado José Natal, que declara de utilidade pública a Associação Navegantina de Artes Musicais, de Navegantes.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0319/2007, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Apoio Social e Educacional à Família, no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0003/2007, de autoria da Mesa Diretora, que acrescenta o art. 3º-A e altera o Anexo III da Resolução DP n. 018, de 1998, alterada pela Resolução n. 0007, de 2005.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0020/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0032/2007, de autoria da deputada Ada De Luca, que institui para os doadores de sangue do estado de Santa Catarina meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais públicos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Saúde e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0159/2007, de autoria do deputado Professor Grando, que declara integrantes do patrimônio histórico artístico e cultural do estado de Santa Catarina os murais localizados no colégio industrial do município de Lages e no município de Florianópolis.

Ao projeto foram apresentadas emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0566/2007, de autoria do deputado Edson Piriquito...

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declarar posição sobre a indicação, o sr. deputado Edson Piriquito, autor da matéria.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, essa indicação é fruto de muito tempo de estudo nosso junto às pessoas com necessidades especiais por toda a nossa região da Amfri e alguma outra parte também do estado de Santa Catarina, até pelo incentivo, pela motivação e pela brilhante participação do trabalho do sr. Atalávio Vacari, presidente da Afadef, uma associação de

apoio às famílias dos deficientes físicos da cidade de Balneário Camboriú. Essa associação está fazendo com que pessoas excluídas tenham uma motivação maior de participar e de viver. Enfim, é uma dinâmica muito grande que está transformando positivamente a vida dessas pessoas.

Sr. presidente, v.exa. teve a luz e o brilhantismo de outrora reter do Fundo Social 1% para destinar às Apaes, e temos o entendimento que isso foi uma conquista e, portanto, não se deve mexer. Não queremos dividir aquele brilhante projeto de v.exa. que destina recursos do Fundo às Apaes com as pessoas com necessidades especiais. A nossa intenção é que o governo do estado crie, da mesma forma, um fundo para ser destinado a essas pessoas. O número de associações que desempenham um papel no estado é muito grande, e segundo o IBGE passam de 700 mil pessoas com necessidades especiais que necessitam de uma atenção do nosso governo.

Enfim, entendemos como justo e correto defender essa bandeira, que não deve ser só minha. Por isso convido toda a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, todos os srs. deputados, para somar forças a fim de que consigamos fazer com que essas pessoas tenham a atenção necessária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encaminhada a Indicação n. 0566/2007.

Esta Presidência comunica que serão também encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0567/2007, de autoria do deputado Elizeu Mattos, 0568/2007, de autoria do deputado Manoel Mota, 0569/2007, de autoria do deputado Silvio Dreveck, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck, autor da matéria.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, esta indicação trata do pedido de um auxílio financeiro ao governo do estado para uma cooperativa da fruticultura, na região norte catarinense, que tem o aval de 14 prefeitos, presidentes de Câmaras, vereadores, lideranças empresariais, sindicatos rurais porque já está gerando emprego e renda. E há necessidade de investir numa classificadora e numa câmara fria. Por conta disso, os produtores de maçã daquela região não precisarão mais transportar ou comercializar o produto em Fraiburgo.

Fiz um apelo aos deputados desta Casa para que pudessem subscrever essa indicação. Até já conversei com os deputados Gelson Sorgato e Gelson Merísio, que deram posição favorável. E peço aos nobres deputados para subscreverem essa indicação, que está à disposição na Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A indicação será encaminhada na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do grupo SC/SBT e ao diretor da rádio Mais Alegria, cumprimentando-os pelo aniversário da emissora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Canoinhas, Jaborá, Irani, Imbuia e Mafra, cumprimentando-os pelo aniversário dos referidos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria de diversos srs. líderes, solicitando regime de prioridade ao Projeto de Lei n. 0440/2007, que dispõe sobre a destinação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do

deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao sr. governador do estado, solicitando informações precisas referentes às pensões especiais pagas aos ex-governadores do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Consulto os srs. deputados, uma vez que ainda temos tempo, se podemos votar em segundo turno as matérias que dependem dessa votação e depois em redação final as demais matérias.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, assim procederemos.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h22min, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h20min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se podemos proceder à votação em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0147/2007; 0202/2007; 0330/2007; 0260/2007; 0319/2007, e do Projeto de Resolução n. 0003/2007.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Srs. deputados, as votações das matérias a seguir são em sede de segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0020/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e de Serviço Público.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0032/2007, de autoria da deputada Ada De Luca, que institui para os doadores de sangue do estado de Santa Catarina meia-entrada em eventos culturais e de lazer realizados em locais públicos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e de Serviço Público e parecer contrário da comissão de Saúde.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0159/2007, de autoria do deputado Professor Grando, que declara integrantes do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina os murais localizados no Colégio Industrial dos municípios de Lages e de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas as três matérias em sede de segundo turno.

Não há mais na pauta da Ordem do Dia.

A Presidência, com a aquiescência dos srs. líderes, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h22min, para a votação da redação final das três matérias votadas em segundo turno.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2075, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **GISELI ANDREIA DE CASTILHO SALOMON**, matrícula nº 5533, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (Deputada Odete de Jesus).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2076, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MARCEL FABRIZIO SALOMON**, matrícula nº 4408, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (Deputada Odete de Jesus).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2077, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CHARLES RISTOW**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (Deputado Dagomar Carneiro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2078, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JEFERSON SOARES BICCA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (Deputado Genesio Goulart).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2079, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **RAQUEL VALDECI DO NASCIMENTO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 12/09/07 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2080, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **DELMIRA MARIA VALMORBIDA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (Deputado Herneus de Nadal).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2081, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARIA EUGENIA STEYER**, matrícula nº 4404, do cargo Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (3ª Secretária).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2082, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JAIR LUIZ BALBINOT**, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (3ª Secretária).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2083, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ELIZABETE RONCHI PEREIRA**, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (2ª Secretária).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2084, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARIZETE PEREIRA LOPES**, matrícula nº 4943, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (Deputado Joares Ponticelli).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2085, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **THIAGO CORRÊA TANCREDO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/07 (Deputado Joares Ponticelli).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2086, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ALTAIR LAVRATTI**, matrícula nº 4932, do cargo Assessor de Liderança, código PL/GAL-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/2007 (Liderança do PT).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2087, de 13/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ALTAIR LAVRATTI**, matrícula nº 4932, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/2007 (Deputado Pedro Baldissera).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: **PORTARIA Nº 2088, de 13/09/07**- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **ARISTOCLIDES VIEIRA STADLER**, matrícula nº 0897, por 90 (noventa) dias, a partir de 24/08/07.

PORTARIA Nº 2089, de 13/09/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA APARECIDA ORSI**, matrícula nº 2084, por 08 (oito) dias, a partir de 30/08/07.

PORTARIA Nº 2090, de 13/09/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **EUDES JOSÉ MAZZOLA**, matrícula nº 1316, por 15 (quinze) dias, a partir de 01/09/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 2091, de 13/09/2007. CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **PAULO ROBERTO HERBST**, matrícula nº 1540, por 90 (noventa) dias, a partir de 20/08/07.

PORTARIA Nº 2092, de 13/09/07. CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **JOSÉ DAS NEVES FILHO**, matrícula nº 2170, por 30 (trinta) dias, a partir de 31/08/07.

PORTARIA Nº 2093, de 13/09/07. CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **JAIR JOÃO PEREIRA**, matrícula nº 1763, por 20 (vinte) dias, a partir de 02/09/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 443/07

Reconhece o Município de Santa Rosa de Lima como Capital Catarinense da Agroecologia.

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Santa Rosa de Lima como Capital Catarinense da Agroecologia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado JOARES PONTICELLI

Deputado PEDRO BALDISSERA

Lido no Expediente

Sessão de 13/09/07

JUSTIFICATIVA

O Município

O município apresenta traços marcantes das danças, costumes e comidas típicas herdados dos primeiros colonizadores - os alemães e açorianos. O *Gemüse* - nome de um prato típico alemão feito à base de batata, couve e carne de porco - empresta seu nome à principal festa do município, o *Gemüse-fest* que é realizada em Santa Rosa de Lima no mês de Maio, de dois em dois anos.

A arquitetura tipicamente alemã das casas e construções é uma atração à parte compoendo o ambiente das pousadas e paisagens. Outros destaques são as diversas histórias da época da colonização contadas por antigos moradores aos visitantes. Os atrativos culturais e a beleza natural da região fazem do município um ponto de parada obrigatória para todos aqueles que buscam a paz e tranquilidade que só o campo pode oferecer.

As paisagens apresentam diversificado conjunto de plantas com árvores imponentes (mata atlântica), cachoeira, montanhas, serra, águas termais e campos de altitude propiciando um charme próprio deste município e região.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 444/07

Declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários - Presidente Getúlio.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários, com sede no Município de Presidente Getúlio.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado JOARES PONTICELLI

Lido no Expediente

Sessão de 13/09/07

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Presidente Getúlio**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 020.5/2007

Emenda aditiva ao PL nº 020.5/2007, que inclui parágrafo único ao art. 1º.

Art. 1º. O art. 1º do Projeto de Lei n. 020.5/7, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 1º. - (...)

Parágrafo único. O produto a que refere-se o *caput* deste artigo, é exclusivo para pescados industrializados."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de março de 2007

Jandir Bellini

Deputado Estadual - PP

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 12/09/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 12/09/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 020/07

Estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica estabelecida a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O produto, a que se refere o *caput* deste artigo, é exclusivo para pescados industrializados.

Art. 2º O Conselho Estadual de Alimentação Escolar adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 032/07

Institui para os doadores de sangue do Estado de Santa Catarina, meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais públicos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída meia-entrada, para doadores regulares de sangue, em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais mantidos pelas entidades e pelos órgãos das administrações direta e indireta do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A meia-entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor efetivamente cobrado pelo ingresso, sem restrição de data e horário.

Art. 3º Para efeito desta Lei, são considerados doadores regulares de sangue, aqueles registrados nos hemocentros e bancos de sangue do Estado de Santa Catarina, identificados por documento oficial, expedido por aquela entidade.

Parágrafo único. As entidades referidas no *caput*, emitirão carteira de controle das doações de sangue, comprovando a regularidade das doações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 147/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, com informações sobre o DPVAT.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica estabelecido que em todos os hospitais, postos de saúde, ambulatórios e demais estabelecimentos de saúde públicos e privados, postos militares e funerárias, deverão ser fixados e mantidos avisos sobre o seguro obrigatório de danos causados por veículos automotores de vias terrestres - DPVAT.

Parágrafo único. Os cartazes, placas ou adesivos deverão conter: quem pode usar, beneficiário em caso de morte, beneficiário em caso de invalidez permanente, acidente com mais de uma vítima, acidente com veículos infratores e valores de indenização estabelecidos pela Resolução CNSP 112, de 2004.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de trinta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei ocorrerão à conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI N.**PL/0159.1/2007**

Declara patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina os murais artísticos de autoria de Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do Município de Lages e no antigo Palácio das Indústrias, no Município de Florianópolis.

Art. 1º Ficam declarados patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina, por seus valores históricos e artísticos, nos termos e para fins das disposições contidas nos arts. 9º, inciso III e 173, inciso IV, da Constituição Estadual, as construções artísticas que constituem os murais de autoria de Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do Município de Lages e no hall do antigo Palácio das Indústrias, situado à Rua Felipe Schmidt, nº 485, no Município de Florianópolis.

Parágrafo único. O tombamento dos bens culturais de importância estadual de que trata o *caput* far-se-á na forma do disposto no Capítulo II da Lei Estadual nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em
Deputado Jorginho Mello

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 12/09/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 12/09/07

SUBEMENDA MODIFICATIVA À EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0159.1/2007

O Parágrafo único do art. 1º da Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº PL/0159.1/2007, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. O tombamento dos bens culturais de importância estadual de que trata o *caput* far-se-á na forma do disposto no Capítulo II da Lei Estadual nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980."

Sala da Comissão, em
Deputado Cesar Souza Júnior

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 12/09/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 12/09/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 159/07

Declara patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina os murais artísticos de autoria de Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do Município de Lages e no antigo Palácio das Indústrias, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam declarados patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina, por seus valores históricos e artísticos, nos termos e para fins das disposições contidas nos arts. 9º, inciso III e 173, inciso IV, da Constituição Estadual, as construções artísticas que constituem os murais de autoria de Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do Município de Lages e no hall do antigo Palácio das Indústrias, situado à Rua Felipe Schmidt, nº 485, no Município de Florianópolis.

Parágrafo único. O tombamento dos bens culturais de importância estadual de que trata o *caput* far-se-á na forma do disposto no Capítulo II da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 202/07

Dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, acontecidos em qualquer parte da jurisdição do Estado de Santa Catarina, deverão constar os procedimentos para o recebimento da indenização, paga pelo seguro obrigatório - DPVAT, conforme prevê a Lei federal nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Parágrafo único. Os procedimentos a que se referem o *caput* são:

I - determinação gráfica no boletim de ocorrência dos prazos do envio do requerimento, pedindo a devida indenização ao consórcio de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos de vias terrestres (DPVAT);

II - relação, por escrito, de todos os documentos necessários, os quais deverão acompanhar o requerimento do pedido de indenização; e

III - informação, por escrito, do órgão e seu respectivo endereço, para onde deverão ser encaminhados os requerimentos de pedido de indenização e demais documentos, legalmente exigidos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias da sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. PL/0260.8/2007

A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0260.8/2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Navegantina de Artes Musicais, com sede no Município de Navegantes.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Navegantina de Artes Musicais, com sede no Município de Navegantes.

Sala da Comissão, em

Deputado Silvio Dreveck

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 12/09/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 260/07

Declara de utilidade pública a Associação Navegantina de Artes Musicais, no Município de Navegantes.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Navegantina de Artes Musicais, com sede no Município de Navegantes.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 319/07

Declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Apoio Social e Educacional à Família, no Município de Lages.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Catarinense de Apoio Social e Educacional à Família, com sede no Município de Lages.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 330/07

Altera o inciso III, do § 2º, do art. 4º, da Lei 11.392, de 2000, que institui a Política Estadual de Prevenção e Controle às Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, dispõe sobre a discriminação aos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O inciso III, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 11.392, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....

§ 2º Os cartazes informativos serão afixados:

III - nos motéis e afins em todo o território do Estado de Santa Catarina, no interior de todos os seus quartos e apartamentos, em locais bem visíveis, e ainda em outros estabelecimentos privados que quiserem aderir à campanha." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***